



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO DE 2022

**UNIDADE GESTORA 028E0700001 - Prefeitura
Municipal de Guarapari - Consolidada**



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

1- Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF)

Verificamos que houve erro de classificação contábil das deduções do fundeb, causado por alteração realizada pelo sistema de contabilidade na parametrização dos lançamentos automáticos, onde a empresa alterou sem autorização do município a conta de registro das deduções do FUNDEB por outra conta indevida, causando assim divergência nos valores da receita em todos os anexos da LRF.

Foi constatado que até junho as deduções para a formação do FUNDEB estavam sendo devidamente registradas na conta 621310100 (-) Dedução do FUNDEB, porém, a partir de julho houve alteração na parametrização do sistema, **momento em que as deduções passaram a ser registradas equivocadamente na conta 621390000 (-) outras deduções** e deixaram de ser contabilizadas pelo sistema CidadES.

Isto posto, solicitamos que no momento da análise sejam considerados os valores lançados na conta contábil 621390000 (-) outras deduções, como Deduções do Fundeb, por ser esta sua originalidade, vislumbrando realizar o cálculo fidedigno com o real executado.

2 - Mínimo Constitucional Educação - Aplicação de recursos próprios em Manutenção e desenvolvimento de Ensino

Verificamos que houve erro de classificação contábil das deduções do fundeb, causado por alteração realizada pelo sistema de contabilidade na parametrização dos lançamentos automáticos, onde a empresa alterou sem autorização do município a conta de registro das deduções do FUNDEB por outra conta indevida, causando assim divergência nos valores da receita em todos os anexos da LRF.

Com isso, o sistema CidadES apurou o índice de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino em percentual inferior àquele ao exigido constitucionalmente e efetivamente aplicado pelo Município.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Ocorre que, nesse contexto de erro de parametrização do sistema de contabilidade, alheio à vontade ou controle da municipalidade, ao ser gerado o Anexo 8 - RREO, no sistema CidadES, verificou-se o percentual de aplicação em MDE de 24,26%. No entanto, o percentual efetivamente aplicado é de 25,75%, conforme comprovação a seguir.

Verificada a divergência no percentual, realizou-se análise da tabulação derivada das PCMs disponibilizada no CidadES para conferência, sendo constatando, então, a ausência dos registros das deduções para a formação do FUNDEB a partir do mês de julho, o que causou impacto significativo na apuração do índice aplicado.

Diante disso, o Município de Guarapari abriu chamado junto a esse Tribunal de Contas objetivando a regularização do ocorrido, sendo confirmado pela área técnica dessa Corte, por meio do chamado t_35870, erro de classificação contábil, consistente no fato de que até junho as deduções para a formação do FUNDEB estavam sendo devidamente registradas na conta 621310100 (-) Dedução do FUNDEB, porém, a partir de julho houve alteração na parametrização do sistema, efetuada pelo suporte técnico da empresa contratada para o fornecimento do sistema de contabilidade – SMARAPD, **momento em que as deduções passaram a ser registradas equivocadamente na conta 621390000 (-) outras deduções e deixaram de ser** contabilizadas pelo sistema CidadES na apuração do percentual de aplicação em MDE.

Verifica-se que erro de parametrização do sistema contábil causou uma expressiva diferença entre os montantes apurados pelo sistema desse Tribunal e os valores de fato registrados por este Ente:

Receitas e deduções para apuração do Limite em MDE				
Descrição	Receita CidadES TCE	Receita Sistema SMAR	Deduções TCE	Dedução SMAR
FPM, alínea b	R\$ 75.532.859,66	R\$ 75.532.859,66	R\$15.106.571,93	R\$15.106.571,93
FPM, alínea d,e,f	R\$ 6.983.190,47	R\$ 6.983.190,47	R\$ -	R\$ -
ICMS	R\$ 34.059.883,67	R\$ 37.695.976,00	R\$ 3.841.415,26	R\$ 7.477.507,59
IPVA	R\$ 21.626.232,15	R\$ 22.893.343,25	R\$ 3.237.051,12	R\$ 4.504.162,22
IPI	R\$ 339.309,98	R\$ 374.457,17	R\$ 47.081,37	R\$ 82.228,56
ITR	R\$ 54.408,69	R\$ 64.025,11	R\$ 3.188,49	R\$ 12.804,91
Aux. Financeiro	R\$ 17.787,77	R\$ 17.787,77	R\$ 0,01	R\$ 0,01



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

R\$ 138.613.672,39 R\$ 143.561.639,43 R\$22.235.308,18 R\$27.183.275,22

Fonte: Anexo 8 – RREO sistema CidadES/balancete da receita - SMARAPD

A fim de demonstrar o percentual efetivamente aplicado, elaborou-se a tabela abaixo com base nas informações registradas no balancete da receita e despesa gerado pelo sistema de contabilidade utilizado pelo Município, conforme segue:

APURAÇÃO CONFORME SISTEMA SMARAPD		
Recursos Aplicados no MDE		
L 14 (b ou c) = Despesas Custeadas com FUNDEB	R\$	123.346.619,07
L 23.1 (t) = Aplicação do Superávit do FUNDEB		
L 30 (b ou c) = Total de Despesas com MDE	R\$	39.361.356,22
Soma (a)	R\$	162.707.975,29
6.1.1 Transferência do FUNDEB	R\$	125.123.845,66
4. Dedução do FUNDEB	-R\$	27.183.274,93
RAP s/ disponibilidade FUNDEB	R\$	-
RAP s/ disponibilidade MDE	R\$	-
Cancelamento de RAP c/ Disponibilidade	R\$	-
Soma (b)	R\$	97.940.570,73
Total (C) = (a - b)	R\$	64.767.404,56
Receita Arrecadada (d)	R\$	251.499.895,02
Percentual Aplicado (e) = (c/d)		25,75%

Fonte: sistema SMARAPD/balancete da receita/despesa

Desta forma, deixamos registrado que o RREO- Anexo 8 emitido por esta Corte de Contas e disponibilizado para assinaturas do Contador, Controlador e Prefeito diverge do real valor aplicado pelo município. As assinaturas digitais se justificam exclusivamente porque foi pré-requisito obrigatório para homologação e envio da Prestação de Contas Anual do exercício de 2022.

Isto posto, solicitamos que no momento da análise sejam considerados os valores lançados na conta contábil 621390000 (-) outras deduções, como Deduções do Fundeb, por ser esta sua originalidade, vislumbrando realizar o cálculo fidedigno com o real executado, comprovando a aplicação do mínimo constitucional com manutenção e desenvolvimento do ensino.